

## Trajetórias política e religiosa de mulheres de terreiro: saberes ancestrais femininos e a filosofia das religiões de matriz africana

BEATRIZ RICARTE SANTOS\*

ADILBÊNIA FREIRE MACHADO\*\*

**Resumo:** Este trabalho tem o intuito de dialogar com a filosofia africana contemporânea por intermédio dos saberes ancestrais femininos, delineados pela trajetória política de mulheres africanas e afrodescendentes e expressos na religiosidade de matriz africana. Trazemos estes recortes para explicitar a maneira particular de como se articula a identidade da mulher de terreiro, assim como o encantamento potencializador de sua maneira de ser e estar no mundo, cuja atuação estrutura-se a partir de um conjunto de fatores que dialoga diretamente com a espiritualidade presente na religiosidade de matriz africana, e dela depende para que seja implementada qualquer ação em quaisquer âmbitos de sua vida.

**Palavras-chave:** Filosofia Africana; Trajetória Política; Religiosidade de Matriz Africana; Identidade da Mulher de Terreiro.

### Political and religious trajectories of women in terreiro: female ancestral knowledge and the philosophy of african-based religions

**Abstract:** This work aims to dialogue with contemporary African philosophy through female ancestral knowledge, outlined by the political trajectory of African and Afro-descendant women and expressed in African-based religiosity. We bring these clippings to explain the particular way in which the identity of the woman of the terreiro is articulated, as well as the enchantment that enhances her way of being in the world, whose performance and structure is based on a set of factors that dialog directly with the spirituality present in religiosity of African origin, and depends on it for any action to be implemented in any areas of its life.

**Key words:** African Philosophy; Political Trajectory; African Matrix Religiosity; Identity of the Terreiro Woman.



\* **BEATRIZ RICARTE SANTOS** é Mestra em Educação Brasileira (UFC), licenciada em Pedagogia (UECE).



\*\* **ADILBÊNIA FREIRE MACHADO** é Doutora em Educação Brasileira (UFC), Mestra em Educação (UFBA), Bacharela e Licenciada em Filosofia (UECE).

## Introdução

Este texto intenta elaborar um diálogo entre a filosofia africana contemporânea e a trajetória política e afro-religiosa das mulheres de terreiro por intermédio de investigações teóricas, bem como de experiências a respeito dos saberes ancestrais femininos inerentes à ambiência das religiões de matriz africana. Assim posto, trazemos a afrodescendência como principal recorte identitário na discussão proposta, uma vez que a atuação da mulher de terreiro na sociedade estrutura-se a partir de um conjunto de fatores que dialoga diretamente com a espiritualidade presente na religiosidade de matriz africana, e dela depende para que seja implementada qualquer ação em quaisquer âmbitos de sua vida. É entrelaçada, portanto, à Filosofia da Ancestralidade, perpassando o modo de ser/estar no mundo, pois

a ancestralidade acontece num processo contínuo de acontecimentos, renova-se a cada instante, ligando e religando passado e presente, possibilitando um futuro, melhor! Conectando o visível e o invisível, espalhando-se entre os africanos e, especialmente, entre os filhos das diásporas que, enraizados em suas culturas, ultrapassam o tempo, reconhecem sua origem e encantam-se. (MACHADO; MATOS, 2016, p. 217).

Assim, importa ressaltar que a proposta de articulação política dessas mulheres não se atrela ao modelo ocidental, uma vez que é através dele que se constroem movimentos sociais que culminam em espaços de reprodução das contradições de uma sociedade capitalista, racista e misógina, utilizando setores dessa instância estruturalmente desigual – mulheres negras e periféricas – como base política manipulável a fim da aprovação de suas propostas

(GONZALEZ, 2008). Esse modelo societário tem como consequência a marginalização, o silenciamento e a segregação racial, social e de gênero.

Em se tratando de formas estruturais de opressão e exploração, torna-se fundamental que se empreenda diálogo com a maneira como se organizam politicamente as mulheres de terreiro, mulheres negras em sua maioria, que trazem consigo um histórico que as configuraram como o sustentáculo de sua família, da comunidade com a qual convivem, bem como das mulheres brancas, que tiveram mulheres negras trabalhando em suas casas para que pudessem sair e integrarem-se ao mercado de trabalho, e da consolidação econômica do país. Torna-se relevante, portanto, apontar que o trabalho das mulheres negras há muito tem significado a emancipação das mulheres brancas em detrimento da sua e a reprodução das condições de desigualdades às quais é submetida a população negra.

O trabalho das mulheres negras, nesse sentido, tem representado a possibilidade, para as mulheres brancas, de ascenderem no mercado de trabalho e consolidarem sua identidade feminina como aspecto que não se atrela somente às atividades relativas ao lar, enquanto às mulheres negras, não é dada essa oportunidade. As mulheres negras e de terreiro, marginalizadas em todos os âmbitos de sua vida, organizam-se no interior do movimento negro, e não no movimento de mulheres, a partir da compreensão de que tal movimento não contempla as pautas pertinentes à sua realidade. O movimento de mulheres liberal – para que se evidencie que a crítica aqui não é direcionada aos movimentos de mulheres revolucionários, que tem empreendido crítica ao modelo societário vigente e

pautado a necessidade de uma análise social a partir de gênero, de raça e de classe – tem falhado em representar os interesses das mulheres negras e de terreiro, uma vez que não tem colocado em prática uma análise interseccional da realidade. Ou seja, para as mulheres afrodescendentes,

As dimensões política e religiosa do espaço dos terreiros, desse modo, configuram-se na possibilidade de ritualizar os conflitos societários na medida em que se compreende que a atuação ativista das adeptas se relaciona diretamente com os aspectos ritualísticos do Candomblé e da Umbanda, e dele dependem para a consolidação de qualquer posicionamento. Faz-se necessária, nesse sentido, a compreensão de que os processos de resistência protagonizados pelas mulheres de terreiro caracterizam-se pelo empoderamento individual, mas se alicerça a partir da coletividade e que essa instância coletiva compreende, não somente os membros da família-de-santo da qual faz parte e à qual deve respeito religioso hierárquico, mas sobretudo à espiritualidade com a qual se relacionam diretamente e cujas orientações são respeitadas acima de tudo (SANTOS, 2018, p. 74).

Assim, as experiências no sentido de superação de tais contradições implicam em uma ruptura com esse modelo segregacionista, que caracteriza a articulação política das mulheres negras e/ou de terreiro como “agressiva” ou “não-feminista”, dada a insistência de que o racismo e suas consequências deve ser considerado pauta de discussão nas lutas feministas, uma vez que, tal qual o sexismo, constitui formas estruturais de opressão e exploração (GONZALEZ, 2008).

Nesse sentido, a nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2004, p. 01) aponta que a

chamada era moderna caracteriza-se pela “expansão da Europa e o estabelecimento de hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo”. Para ela, a produção do conhecimento é onde essas desigualdades ganham maior profundidade, pois trata “sobre comportamento humano, história, sociedades e culturas”, resultando que seus “interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais, categorias sociais” acabem por dominar a escrita de nossa história. Isto implica em um grande problema: a “racialização do conhecimento”, através do qual a Europa coloca-se como única fonte do saber científico. Esta racialização do conhecimento vem, por muito tempo, colocando as mulheres, especialmente as mulheres negras, à margem da produção de conhecimento científico, tendo suas pautas e demandas invalidadas e reduzidas à discussões identitárias pertinentes à um segmento social isolado, quando na verdade estão integradas à uma sociedade que as marginaliza e criminaliza.

Segundo esse pensamento, disseminado e consolidado até os dias atuais, os europeus, cuja atuação traz marcas de gênero e raça traduzidas na intervenção do homem branco em sociedade e na consolidação de sua condição de privilégio, seriam os únicos capazes de conhecer, de aprender, de ensinar, colocando o resto do mundo à margem, negando, inclusive, a capacidade dos povos africanos conhecer, de racionalizar, de filosofar (MACHADO, 2019), negando a própria humanidade de outros povos, especialmente os africanos, na tentativa de justificar a colonização à qual muitos povos do referido continente foram submetidos e de negar a necessidade de políticas capazes de contemplar as necessidades dos povos afrodescendentes. Tal

estrutura de poder é reproduzida nos moldes sociais em qualquer demarcação temporal, colocando as mulheres negras como as mais marginalizadas, oprimidas, cuja agência sobre as transformações político-sociais lhes é negada. Desse modo, torna-se pertinente que sejam criadas, entre as próprias mulheres negras e em espaços educativos e de movimentação política, como é o caso dos terreiros – que trazem em sua própria existência um exemplo de resistência dos povos afrodescendentes e da atuação feminina nesse contexto –, oportunidades que tornem possível que suas pautas, demandas, necessidades, sejam socializadas e contempladas politicamente, para que possam contar suas próprias histórias e para que os conhecimentos que trazem consigo e que estruturam toda a sua existência possam ser valorizados como saber ancestral, cultural, mas também político e resistente, potencializando, assim, seu modo de ser e estar no mundo.

Chimamanda Adichie já nos diz do perigo constante em contarmos uma única história<sup>1</sup>. Conhecer outras histórias, reconhecer a história daqueles que nos formaram, que marcaram tão fortemente nossa cultura, permite-nos sair de uma história que se deseja única, monocultural, oriunda de uma cultura que se põe como superior e universal, além de predominantemente masculina. Dessa forma, é fundamental, cotidianamente, nos empenharmos na mudança de um pensamento que se pretende colonizador para um que nos permita a compreensão da relevância e das contribuições de saberes outros para a nossa maneira de conviver em sociedade, onde “este contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em conta em nossa busca para

compreender as realidades africanas e, de fato, a condição humana” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 01), ou seja, na compreensão não apenas das realidades africanas, mas também da sua diáspora e da América Latina, uma vez que

a identidade coletiva, sempre em construção e transição, deve ser compreendida por intermédio da diversidade de conflitos existentes sob sua aparente unidade, pois é através deles que podem ser identificadas as principais demandas daqueles que do movimento fazem parte (SANTOS, 2018, p. 83).

Torna-se relevante, ainda, mudarmos a perspectiva de que apenas os homens constroem a história, pois “o privilégio do gênero masculino como uma parte essencial do *ethos* europeu está consagrado na cultura da modernidade” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 01), marginalizando, invisibilizando e restringindo a atuação feminina. No entanto, é superficial apontar que tais processos excludentes estabelecem-se somente através da dicotomia feminino-masculino, uma vez que eles também se estruturam por intermédio de um ideal feminino que coloca à margem mulheres que apresentem pautas diversas. As mulheres de terreiro são um exemplo disso, uma vez que

Tais contradições revelam-se determinantes para a busca, por parte das mulheres de Candomblé e/ou Umbanda inseridas no contexto plural dos movimentos sociais, de instâncias que acolham suas pautas específicas, uma vez que estes aspectos irão representar fortes repercussões, tanto na sua maneira de atuar politicamente, quanto na articulação de discussões que enfatizem a necessidade de considerar a importância das

<sup>1</sup> Podemos assistir a essa palestra no seguinte endereço:

<http://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>

interseccionalidades de gênero, etnia, classe, religiosidades (SANTOS, 2018, p. 31).

Nesse sentido, a atuação política das mulheres de terreiros se desenvolverá a partir da necessidade de preservação identitária e de articulação de outras metodologias de resistências capazes de contemplar as pautas e especificidades inerentes às questões de gênero, raça e classe pertinentes à realidade das adeptas (Idem).

### **Os terreiros e uma epistemologia de descolonização e resistência**

Em nosso texto, privilegamos falar desde experiências de mulheres de terreiro como potência de construção de conhecimento, pertencimento e força política na busca de um mundo mais digno de se viver. Nesse sentido, a atuação política das mulheres negras é tecida desde a ancestralidade africana, ou seja, pela implicação política, ética, estética, com o estar no mundo, buscando um mundo mais igual, demarcado pelo bem-viver, pela valorização da diversidade, da humanidade. Assim, essa atuação política se desenvolverá a partir da articulação de outras metodologias de resistência capazes de contemplar as pautas e especificidades inerentes às questões de gênero, raça e classe pertinentes à realidade das adeptas de religiões de matriz africana, que são o foco da discussão aqui pautada. Os caminhos percorridos nesse processo possibilitam o trânsito, entre esferas religiosas e políticas, de discussões que reafirmam a necessidade de fortalecimento identitário afrodescendente, a fim de deslegitimar o discurso de ramificações dos

movimentos sociais que as invisibilizam e retratam suas urgências como estratégias de segregação e enfraquecimento político.

É nesse contexto que tratamos da ancestralidade<sup>2</sup> expressa na religiosidade de matriz africana, como estrutura de resistência à descaracterização, como ser humano, da população negra, bem como de preservação de tudo o que lhe representava a liberdade. A ancestralidade, essa filosofia africana, é um modo de ser e viver dos povos africanos trazidos para o Brasil que

se fazia presente com a integração daquela gente mantenedora e guardiã da religião e da cultura africana reconstruída no Brasil. (...) Vivências do que foi possível manter graças ao sentido agregador do povo negro. (...) As tensões provocadas por um repertório de valores, crenças, sentimentos entre as diversas etnias foi o que propiciou o surgimento de uma nova identidade coletiva, com características próprias e estruturante do povo afrodescendente. Uma identidade ancestral que continua sendo construída até por conta da dinâmica dos diversos repertórios que ainda se entrelaçam e se imbricam como uma rede que se alarga no espaço sagrado e revitalizado pelo sentido das tradições. (MACHADO, 2013, p. 46).

O candomblé, por exemplo, e isso se torna extremamente relevante na compreensão do que aqui apresentamos,

[...] se constitui originalmente no Brasil numa comunidade eminentemente feminina, embora nela o elemento masculino não

<sup>2</sup> É importante demarcar que a ancestralidade ultrapassa os espaços de religião de matriz africana, assim, atua em todos os campos, quer sejam epistemológicos ou práticos.

Ancestralidade é o modo de ser / estar no mundo de povos africanos nascidos em África e especialmente dos povos africanos das diásporas. (MACHADO, 2014).

estivesse totalmente excluído. [...] A liderança religiosa dessas mulheres negras representa um fenômeno inusitado no seio de uma sociedade evidentemente patriarcal e preconceituosa como a brasileira. (CARNEIRO; CURY, 2008, p. 121).

É possível considerar, portanto, que as mulheres foram e ainda tem assumido papel de grande importância na preservação dos símbolos que vieram a compor estes espaços de resistência, embora sua atuação não se dê sem a influência do patriarcalismo presente em nossa estrutura social. Ainda assim, torna-se importante assinalar que

As religiões de matriz africana, como o Candomblé, contaram com a participação efetiva das mulheres, em especial das mulheres negras, baseando-se em sua ancestralidade, na espiritualidade religiosa, lutando contra o jugo colonial, a escravidão e o racismo por meio de mitos, símbolos e rituais. Retiraram da religião estratégias diversas de insubordinação simbólica ou real, o que lhes oferecia a possibilidade de criar mecanismos de defesa para sobrevivência e conservação de seus traços culturais de origem (CANTUÁRIO, 2009, p. 20).

As religiões de matriz africana, para além dos aspectos comunitários a elas intrínsecos e que por intermédio delas constituem experiências de construção identitária e memória coletivas, estão, ainda, relacionadas aos processos de preservação de valores

---

<sup>3</sup>Segundo Nilma Lino Gomes (2005), o termo “raça”, quando utilizado pelo Movimento Negro, não se refere à inferioridade ou superioridade de raças, mas à dimensão social e política do referido termo, uma vez que a discriminação racial e o racismo da sociedade brasileira são pertinentes não apenas aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas principalmente à relação entre esses e os

afroreferenciados, bem como de resistência aos processos de inferiorização da feminilidade negra e, conseqüentemente, o embranquecimento imposto à essas mulheres, uma vez que o estabelecimento dos critérios de raça ou etnia<sup>3</sup> estão, muitas vezes, diretamente relacionados às “[...] relações de poder, que fazem circular na linguagem representações étnico-raciais que nos interpelam e nos constituem como sujeitos” (ZUBARAN; SILVA, 2012, p. 132), ou seja, à maneira como se estrutura a sociedade abrangente/capitalista. Tais noções são aplicadas como determinantes para a classificação do pertencimento ou não pertencimento de indivíduos às classes sociais estabelecidas, cuja estrutura toma como referência “[...] a Europa branca, cristã e masculina [...]” (Ibid, p. 131).

A maneira como se configura a relação das mulheres com a expressão religiosa de matriz africana, portanto, pode constituir uma conexão com o sagrado que possibilita um resgate de sua identidade afroancestral

[...] pelo fato de ser uma produção afro-brasileira marcada pelas diferenças culturais, onde passado e presente se dialogam constantemente. O passado que não é saudosista; o passado como forma de compreender as ações desconexas do presente voltadas para as relações étnico-raciais; o passado visto como causa social capaz de capacitar o olhar dos interessados, redefinido, agora, como um “entre-lugar”, propício

aspectos fenotípicos dos mesmos. Já o termo “etnia”, segundo a mesma autora, é utilizado para estabelecer referência ao pertencimento ancestral e étnico-racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade, ou ainda para se referir à um grupo social cuja identidade seja definida pela comunidade da língua, cultura, monumentos históricos e território.

para compreender a comunidade negra que possui identidades secularmente contestadas (OLIVEIRA, 2008, p. 11).

A relação com o passado – um passado de luta e de resistência das mulheres negras diante de uma sociedade que lhes humilha e explora – apresenta-se como aspecto fundamental que caracteriza a mulher negra e as especificidades inerentes à prática religiosa exercida no sagrado espaço do terreiro. Essa comunidade constituída por terreiros é/pode ser também espaço de reprodução das mais variadas formas de opressão, uma vez que está inserida em uma sociedade estruturalmente capitalista, racista, sexista e que, assim como ela, é perpassada por conflitos das mais diversas naturezas. Sabemos, portanto, que “a prática camuflada da discriminação, ao lado de um discurso democrático racial, insere a mulher negra num contexto que denominaríamos aqui como *espaço de falta*. Sofrendo uma tripla discriminação – racial, social e sexual” (LARKIN NASCIMENTO, 2008, p. 50).

A maneira como se estruturam os terreiros, as demarcações hierárquicas, sua relação com o passado e com a natureza, dentre outros aspectos, causam estranheza por dissociarem-se do modelo religioso ocidental e por convivermos em uma sociedade estruturalmente racista. Todavia, enquanto forem, os terreiros, espaços que se propõem a preservar o que foi e o que tem sido sistematicamente negado à comunidade negra, serão eles espaços de resistência e, por isso, políticos. Tratando dessas questões, Sueli Carneiro e Cristiane Cury (2008) nos explicam

que a sociedade patriarcal não assume os conflitos entre os sexos e as anomalias sociais; já as religiões de matriz africana os absorve e os ressignifica por intermédio da mitologia que fomenta sua estrutura, uma vez que, para as mulheres negras,

A mitologia africana – apontando insistentemente, por meio da tradição oral, as estratégias mais diversas de insubordinação, simbólicas ou reais – abriu-lhes a possibilidade de criar mecanismos de defesa para sobreviver e conservar seus traços culturais de origem, destacando principalmente os aspectos que responderiam às necessidades que a nova realidade lhes impunha (p. 122).

A reflexão acerca do panteão de divindades cultuadas nas religiões de matriz africana se faz fundamental para a compreensão da imagem de liderança da mulher de terreiro, que muitas vezes foge dos arquétipos sociais e convencionais do feminino – amplamente ligados a uma concepção de mulher branca, cristã e submissa ao sexo masculino –, pois tem suas expressões comportamentais determinadas por uma deusa africana ligada ao seu destino através da iniciação e que pode ser tanto mãe, filha, avó, quanto vilã ou guerreira (BASTOS, 2011).

Assim também foram estruturadas experiências familiares – a família de santo<sup>4</sup> – referenciadas a partir de um panteão de divindades femininas e masculinas cujas relações de poder estabelecem-se de forma igualitária e apresentam-se como parâmetros para a articulação de todas as relações da vida de uma/um iniciada/o. Ou seja,

<sup>4</sup> Expressão pertinente ao linguajar específico dos terreiros de Candomblé, servindo para designar “os que crêm e praticam uma das modalidades das religiões afro-brasileiras.

Significa uma rede humana que funciona em forma de família com o objetivo de afirmar um espaço de referência espiritual e social nestas religiões” (CANTUÁRIO, 2009, p. 18).

apresentando-se como uma estrutura sociocultural comunitária recriada por mulheres, as religiões de matriz africana traziam consigo a proposta de reconstituição do conceito de família baseada nos valores, fundamentos e ensinamentos dos Orixás (OLIVEIRA, 2008), bem como estratégias de resistência ao racismo e valorização da figura feminina como fio condutor do processo de continuidade e preservação identitária.

É importante assinalar, ainda, que muitas destas mulheres de terreiro ainda enfrentam estes processos contraditórios com relação à percepção de si no mundo, mesmo inseridas em uma religião de matriz africana que pode auxiliá-las na ressignificação dessas questões, uma vez que o racismo tem raízes profundas e que se reproduz socialmente através dos mais variados meios, inclusive por intermédio da maneira como a população afrodescendente se relaciona consigo mesma. Estas questões explicitam-se pelo fato de que, “com a Abolição da Escravatura, qualidades negativas são atribuídas aos negros com o objetivo de manter seu espaço de participação social nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social” (THEODORO, 2008, p. 89). Assim, o processo de desumanização da população negra passa a ser fortalecido em outras esferas, são “livres”, entretanto, continuam a margem e o Estado continua com políticas de exclusão. O que ainda vemos com muita força na atuação do Estrado Brasileiro, especialmente em tempos temerosos, ou seja, tempos em que vivemos um golpe.

### **Conclusões**

A filosofia atrelada à concepção de ancestralidade aqui pautada consiste na reflexão a respeito da possibilidade de criar mundos, outros mundos, melhores, onde a ampliação de nossa liberdade e do

bem-viver são preponderantes. Nela, está implicado o nosso existir, oriundo do reconhecimento e da potencialização da ancestralidade enquanto elemento de resgate do que foi negado às populações afrodescendentes, sendo, desse modo, enraizado em uma forma cultural, em um contexto. Assim, partindo de um contexto de análise que parte da cosmopercepção africana, compreendemos que a filosofia africana se relaciona diretamente com a atuação política das mulheres negras e com a sua construção identitária.

Assim, pensar desde a filosofia africana é refletir desde um outro lugar, desde um lugar comunitário, é teorizar / criar / fazer desde o corpo que se propõe a descolonizar-se. É criar / teorizar contra uma hegemonia patriarcal e racista que marginaliza os saberes não-eurocêtricos, os saberes femininos. É, também, tecer saberes a fim de proporcionar mudança no paradigma social vigente, mudança que compreenda as demandas de raça, classe e gênero presentes em nosso conviver.

Desse modo, reconhecer a força e liderança das mulheres negras, especialmente de terreiro, em uma sociedade patriarcal e sexista, é reconhecer a potência do feminino na construção da nossa sociedade, na preservação e continuidade da cultura africana e de sua influência em nosso solo, pois por meio de

sua fé e seu axé, essas mulheres conseguiram trazer até nossos dias imagens sacralizadas de seu passado, que se volta para a mitologia africana e aponta insistentemente, por meio da tradição oral, as estratégias mais diversas de insubordinação simbólica que lhes possibilitam criar mecanismos de defesa para a sobrevivência e a manutenção de seus traços culturais de origem. A



mulher negra se estrutura como uma pessoa que toma a si a responsabilidade de manter a unidade familiar e a coesão grupal e de preservar as tradições culturais e religiosas de seu grupo, em função da nova realidade que a opressão econômica e a discriminação racial pós-Abolição criaram no seio da sociedade brasileira. (THEODORO, 2008, p. 92).

São estas mulheres que tem carregado, através de suas lutas, as propostas para uma mudança que as coloque como produtoras de conhecimento e não como objetos de estudos de um pensamento colonizador. Ou seja, a maneira de ampliar todas as formas de bem viver em comunidade, acolhendo as singularidades e diversidades, lutando por todos os direitos, de quem quer que seja, buscas sem exclusão e eliminação do outro. O feminino, com ênfase no feminino tecido nos espaços do terreiro, pensado de modo plural e interseccional, nesse sentido, tem se proposto a ressignificar suas narrativas através de uma atuação política pautada na ancestralidade, que implica sua forma de estar no mundo e se relacionar com os que vieram e construíram antes, para que fosse possível refletir sobre a possibilidade de enfrentamento à uma sociedade racista, classista e misógina. E as religiões de matriz africana se sustentam nisso,

essa matriz filosófica africana valoriza sensivelmente o feminino e se fundamenta nos princípios da harmonia cósmica e do constante fluxo e reposição de energias. De acordo com a visão de mundo própria a essa tradição religiosa, as energias cósmicas se resumem numa força vital, o axé. Essa força reside em todos os aspectos da natureza e do universo. A religião afro-brasileira busca o equilíbrio harmônico da distribuição do axé

entre os seres humanos vivos, os ancestrais, os não-nascidos, a natureza e os orixás; entre o mundo espiritual, o orum, e o mundo terrestre, o Aiyê. (NASCIMENTO, 2008, p. 151).

Desse modo, compreendemos que a filosofia africana que origina a ancestralidade e tece as filosofias que delinham o ser mulher negra em solo nacional, principalmente nas comunidades de terreiro, ou seja, as mulheres das religiões de matriz africana, trata, diretamente, do reconhecimento de si e potencialização do seu pertencimento, ou seja, reconhecimento de nossa origem na ancestralidade africana. Assim, os saberes ancestrais femininos tecidos pela ancestralidade africana são perpassados por políticas de resistências.

A partir dessa compreensão, a construção de narrativas femininas que pautem questões tão caras à uma movimentação política de mulheres de terreiro torna-se fundamental para que se possa refletir a respeito da possibilidade de conviver em uma sociedade em que mulheres negras possam existir sem medo.

“...eu entoava cantos de louvor a todas nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue.

Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias.”

*Olhos D'água.*

Conceição Evaristo, 2016.

#### Referências

BASTOS, Ivana Silva. **Mulheres Iabas:** liderança, sexualidade e transgressão no candomblé. João Pessoa, 2011. 158 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2011.

CANTUÁRIO, Maria Zelma de Araújo Madeira. **A maternidade simbólica na religião afro-brasileira: socioculturais da mãe-de-santo na Umbanda em Fortaleza-Ceará.** Fortaleza, 2009. 251 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. O poder feminino no culto aos orixás. In: Elisa Larkin Nascimento (org.). **Guerreiras da natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** 1. Ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: Elisa Larkin Nascimento (org.). **Guerreiras da natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Filosofia Africana: ancestralidade e encantamento como inspirações formativas para o ensino das africanidades.** Fortaleza: Imprece, 2019.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e Encantamento: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira.** Dissertação (mestrado), 240p. – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2014.

MACHADO, Adilbênia Freire; MATOS, Patrícia Pereira. Ancestralidade africana – um mundo de ser, estar e cuidar: uma aprendiz e uma iniciada. In: SILVEIRA, Ronie Alexandro Teles da; LOPES, Marcos Carvalho (orgs.). **A religiosidade brasileira e a filosofia.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

MACHADO, Vanda. **Pele da Cor da Noite.** Salvador: EDUFBA, 2013.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Lições das vozes silenciadas: Mulher, cultura afro-brasileira e desenvolvimento sustentável. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **Guerreiras**

**da Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo. **Grandes Mães, Reais Senhoras.** In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **Guerreiras da Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, Kiusam Regina de. **Candomblé de Ketu e Educação: estratégias para o empoderamento da mulher negra.** São Paulo, 2008. 213 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2008.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CORDESRIA Gender Series.** Volume 1, Dakar, CORDESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Beatriz Ricarte. **Obínrin Odara: o ativismo político afro-religioso das mulheres de Umbanda e Candomblé do Ceará.** Fortaleza, 2018. 99 p. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2018.

THEODORO, Helena. Mulher Negra, Cultura e Identidade. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **Guerreiras da Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

ZUBARAN, Maria Angélica; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Interloquções sobre os estudos afro-brasileiros: pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro.** In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 130-140, jan./abr. 2012.

Recebido em 2020-05-30  
Publicado em 2020-11-13